

PMDB apóia negociações de Funaro

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, recebeu ontem o apoio "unânime" do PMDB, tanto para sua política interna como para a política de negociação da dívida externa. Segundo o deputado Ulysses Guimarães, as medidas econômicas anunciadas na quarta-feira pelo presidente Sarney e o Ministério da Fazenda são providências pelas quais o partido vinha lutando há muito tempo: "O importante são as medidas, que atendem ao programa do partido, pessoas e nomes são secundários", disse Ulysses.

Funaro também foi elogiado pela forma com que vem conduzindo as negociações para resolver o problema da dívida externa, tendo garantido aos membros do grupo de estudos econômicos do PMDB, composto de 14 deputados, ao líder do partido na Câmara, deputado Luís Henrique, e ao presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que a posição brasileira é de não aceitar **spreads** maiores do que os 0,18% acima da taxa interbancária de Londres, obtido pelo México e Argentina.

Segundo o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), o ministro da Fazenda deve continuar conduzindo a economia porque sua queda é uma das exigências dos grandes banqueiros internacionais e contra o qual abriram campanha, que "lamentavelmente" tem seguidores no plano interno.

Já o deputado Luís Henrique (PMDB-SC) disse que o ministro da Fazenda está muito firme, seguro e decidido em combater a inflação e a alta dos juros no plano interno e concretizar um acordo externo que preserve o crescimento econômico e a soberania nacional. Acrescentou que tais providências são coerentes com os programas do partido e vão dar seus frutos nos próximos meses.

Os deputados do PMDB questionaram o ministro da Fazenda sobre os estudos que estão sendo elaborados na Secretaria da Receita Federal sobre o aumento das alíquotas do IPI sobre mais de 500 produtos de consumo básico e receberam um "desmentido formal" de que não havia, no Ministério, nenhum estudo nesse sentido e que se tratava de "uma notícia plantada". Diante da afirmativa dos jornalistas, que haviam manuseado e visto os referidos estudos, o deputado Luís Henrique disse que se eles existem, o ministro da Fazenda não tem conhecimento.